



O PÚBLICO
NÃO À PRIVATIZAÇÃO
FAZ MELHOR

4 ABRIL 2016
Dia International de luta
contra as privatizações

14H30 auditório da sede nacional do STAL (R. D. Luís I, N.º 20-F - Lisboa)



Documento de Apoio

O Públíco faz melhor! PARAR AS PRIVATIZAÇÕES

A natureza do capitalismo e o agravamento da sua crise estrutural estão na base da ofensiva para impor uma maior exploração e empobrecimento, com o retrocesso histórico nos direitos conquistados por gerações e gerações de trabalhadores em intensas e duras lutas. A profundidade da crise avalia-se também pela desesperada tentativa de mercantilizar todas as esferas da vida, incluindo, como dizia José Saramago, "a nuvem que vai passando", ou seja privatizado qualquer coisa que possa gerar maiores lucros ao capital. Um processo anti-democrático de reconfiguração dos Estados ao serviço do grande capital e dos seus lucros, tornando-os apenas em garante da nova ordem.

Em Portugal os sectores estratégicos - base de um crescimento sustentado e do desenvolvimento do País -, estão actualmente controlados por grupos económicos e financeiros, sobretudo estrangeiros, sendo parte de um processo de concentração da riqueza. A constituição de um forte Sector Empresarial do Estado (SEE) após o 25 de Abril foi o culminar lógico da luta do povo português contra a ditadura fascista, sendo parte do processo de democratização económica, social e política consagrado na Constituição da República Portuguesa (CRP) que permitiu o gigantesco salto nas condições de vida dos trabalhadores e do povo.

Atentando contra a CRP, os processos de privatização em Portugal têm a marca de sucessivos governos do PSD, PS e PSD/CDS. Nos anos 90 já tinham sido privatizados grande parte dos sectores industrial, cimenteiro, financeiro e segurador, iniciando-se nesse mesmo período a privatização das comunicações, da energia e dos aeroportos. Com o Memorando da UE/FMI e do governo PSD/CDS, acelerou-se a campanha contra o SEE, a Administração Pública, os serviços públicos, as funções sociais do Estado e os seus trabalhadores, estrangulando financeiramente as empresas. O sector energético, o serviço postal, o sector das telecomunicações e infraestruturas aeroportuárias encontram-se totalmente privatizadas, voltando-se depois para os sectores da indústria naval, das águas, resíduos e saneamento e dos transportes, saúde, segurança social, educação e cultura. No caso dos transportes, e em particular da TAP, o processo avançou já com o governo derrotado, prevendo o estabelecimento de novas formas de Parcerias Público-Privado (PPPs), ficando o Estado com a parte não lucrativa e cabendo aos privados a exploração das partes rentáveis. Apesar de drasticamente amputado, o SEE engloba ainda importantes áreas para as populações.

Na Administração Pública e nos serviços públicos, essa ofensiva passa também pela via: da retirada de direitos dos trabalhadores, redução de salários e despedimentos; da degradação e desvalorização dos serviços públicos, do seu desmantelamento e encerramento, impondo paulatinamente uma lógica de gestão privada e negando o seu acesso às populações do interior do país; da substituição do investimento na melhoria e renovação dos equipamentos pelo estabelecimento de PPPs que vão proliferando, com lucros garantidos pelo Estado ao capital, em detrimento da prestação do serviço e da sua qualidade; da colocação dos trabalhadores na dita requalificação tendo em vista o seu despedimento; da chamada municipalização ou descentralização que não só desresponsabiliza o Estado como visa camuflar a intenção de privatizar os serviços.

O processo de privatizações tem tido resultados desastrosos. Portugal está mais dependente dos grupos económicos e financeiros, mais endividado e despojado de instrumentos fundamentais para satisfazer as necessidades de quem trabalha e vive no País. As privatizações privaram o Orçamento de Estado de milhares de milhões de euros de receitas em lucros, dividendos e impostos – processo a que se somou, entre outros aspectos, a deslocalização da sede fiscal de grandes grupos

económicos para paraísos fiscais. A dívida pública - argumento utilizado para justificar a privatização - não só não desceu como aumentou exponencialmente. Acentuou-se a dependência externa, com o agravamento da balança comercial. As obrigações constitucionais foram sendo paulatinamente empobrecidas, nomeadamente em áreas fundamentais como na saúde, segurança social, educação, cultura. Este rumo é indissociável do processo de integração na UE, nomeadamente da União Económica e Monetária e do Euro e da denominada livre circulação de capitais que levaram à deslocalização e destruição de grande parte do aparelho produtivo nacional.

As populações pagam mais por serviços que se foram reduzindo, degradando e perdendo qualidades e valências fundamentais. Perderam-se de vista potencialidades de empresas e sectores e o seu contributo para o desenvolvimento do País. Parte indissociável do processo de privatização, os trabalhadores foram em grande número despedidos, acentuou-se a carga de trabalho a realizar, degradaram-se as condições de trabalho, alastrou a precariedade, foi bloqueada a contratação colectiva. Esta situação fez aumentar o desemprego e sobrecregou a Segurança Social, ameaçando ainda mais a sua sustentabilidade e o seu carácter público, solidário e universal. A par de corte nos salários e rendimentos, os trabalhadores perderam poder de compra e qualidade de vida.

O grande capital e sucessivos governos tudo fizeram para denegrir o serviço público e os seus trabalhadores, degradar as condições de trabalho e prestação dos serviços, estrangulando de várias formas as empresas. Procuraram criar falsas divisões entre o interesse dos trabalhadores e das populações, quebrar a solidariedade, fragilizar os sindicatos e organizações de classe. Ante esta ofensiva os trabalhadores, os sindicatos e outras estruturas representativas levaram a cabo uma valorosa acção de resistência e luta contra as privatizações, procurando travá-las, denunciando os seus objectivos, práticas e intérpretes.

Um combate alicerçado na unidade na acção e numa tenaz e persistente luta de massas que contribuiu decisivamente no plano político para a recente derrota eleitoral do PSD/CDS-PP e dos seus planos de prosseguirem e aprofundarem o rumo de exploração e empobrecimento dos trabalhadores e do País. A derrota do governo PSD/CDS-PP e da sua política e a conquista de uma nova relação de forças na Assembleia da República mais favorável aos trabalhadores e ao povo

português, permitiu abrir caminho à recuperação de direitos e rendimentos roubados e melhores perspectivas à luta por uma vida melhor para os trabalhadores e o povo, pelo desenvolvimento do país. No plano das privatizações, esta nova relação de forças permitiu travar a concessão e privatização das empresas de transporte terrestre de passageiros, apesar das opções negativas do governo do PS, como no caso do avanço da privatização da CP Carga, da não reversão total da privatização da TAP ou da manutenção da privatização da EGF e dos sinais limitados e insuficientes de reversão do caminho de privatização da água imposto nos últimos anos.

No plano da reposição dos direitos roubados aos trabalhadores, destacam-se: a reposição de salários aos trabalhadores da Administração Pública; a reposição dos feriados roubados; a redução da sobretaxa de IRS, estando previsto o seu fim em 2017; a reposição e fixação do horário de trabalho nas 35 horas na Administração Pública; o aumento do Salário Mínimo Nacional para 530 euros (um passo na direcção certa mas ainda insuficiente); a redução e isenção de taxas moderadoras nos serviços públicos; a contratação e renovação de contratos com médicos para o Serviço Nacional de Saúde; o fim das restrições da contratação de trabalhadores para as autarquias locais; medidas de combate à precariedade na Administração Central e no SEE; a autonomia das Instituições do Ensino Superior para contratação de pessoal. A estas medidas acrescem outras que não estando directamente ligadas ao sector público se inserem numa perspectiva de maior justiça social, de combate à profundamente injusta repartição do rendimento, devolvendo a esperança aos trabalhadores no futuro e na luta como motor da transformação social.

Esta mudança de rumo comporta em si um inestimável valor no plano nacional mas também internacional. Em primeiro lugar, porque repõe direitos roubados aos trabalhadores portugueses quando na generalidade dos países, particularmente da UE, se acentua o roubo e o retrocesso nessas conquistas, procurando negar a existência de uma alternativa política, económica e social. Em segundo lugar, porque demonstra que está ao alcance dos trabalhadores e dos povos outra política para a Europa, tendo por base a afirmação dos seus interesses e aspirações e da sua vontade soberana, e que é possível derrotar a exploração, o sub-desenvolvimento e o retrocesso a que o grande capital e a UE querem condenar países e povos.

Sauda-se o sentido democrático e de justiça social destas medidas e o seu contributo para a coesão económica, social e territorial no nosso País, constituindo em si formas de reforço da luta, afastando no imediato os intentos do grande capital para deitar a mão a empresas e serviços através de novas privatizações. Sendo certo que estas medidas são tímidas e insuficientes, o seu valor avalia-se também pelo coro de chantagens a partir da UE e dos centros de decisão do grande capital de que vão fazendo eco nacional o PSD e o CDS, demonstrando que, apesar das dificuldades e da correlação de forças desfavorável aos trabalhadores no plano da UE, a afirmação e a determinação da sua vontade podem derrubar montanhas.

Na actual situação política os trabalhadores estão em melhores condições para prosseguir e intensificar por todos os meios ao seu alcance a luta reivindicativa nos locais de trabalho, de reforçar a organização sindical por forma a fazer reverter outras medidas igualmente negativas, reconquistar direitos, defender e efectivar os direitos laborais e sociais, melhorar as condições de trabalho, valorizar o trabalho e dignificar os trabalhadores.

A organização, a luta e a unidade na luta continuam a ser os motores da transformação social no nosso País. É possível resistir e avançar mais na reposição e conquista de direitos, na reversão de privatizações de empresas e serviços, na valorização dos Serviços Públicos, no desenvolvimento do país, um rumo consentâneo com o espírito e os direitos democráticos no plano económico, social e cultural plasmados na CRP.

É neste âmbito que realizamos a iniciativa “**O público faz melhor - parar as privatizações**”, inserida no dia internacional de luta da União Internacional de Sindicatos dos Serviços Públicos e Similares (UIS-SP-S), estrutura da Federação Sindical Mundial. Salientamos na actual conjuntura a importância da luta contra as privatizações, pela sua reversão e pela valorização da Administração Pública, serviços públicos e do Sector Empresarial do Estado, designadamente:

- **Lutando pela reconstituição de um sector empresarial do Estado forte** (nomeadamente, nas actividades financeiras, indústria, transportes, ambiente e outros sectores estratégicos), no quadro do controlo público dos sectores fundamentais para a economia nacional;

- **Exigindo o aprofundamento do papel dos Serviços Públicos e da Administração Pública central, regional e local**, reconhecendo e responsabilizando os diversos intervenientes; defendendo a existência de serviços públicos de qualidade, que correspondam às necessidades da população; defendendo o carácter público da água, bem como a propriedade e a gestão públicas dos serviços de abastecimento de água, saneamento e resíduos; defendendo uma política de transportes e mobilidade que promova os transportes públicos e garanta os direitos dos trabalhadores e da população;
- **Defendendo os postos de trabalho existentes e a criação de emprego de qualidade, a valorização dos trabalhadores e o respeito pelos seus direitos**, nomeadamente pela reposição do vínculo de nomeação. Exigindo o desbloqueamento das carreiras profissionais; a revogação do regime de requalificação e o descongelamento da admissão de trabalhadores; a garantia e promoção dos direitos de negociação e de contratação colectiva; a anulação de medidas tais como a dita municipalização ou descentralização das funções sociais do Estado as quais têm como objectivo a privatização ou encerramento de serviços;
- **Assegurando e reforçando o direito à Segurança Social pública, solidária e universal**, lutando contra a sua privatização;
- **Defendendo a universalidade e a qualidade do Serviço Nacional de Saúde e a sua gestão eficiente**; exigindo a melhoria e aumento da utilização dos recursos e eliminando os desperdícios; exigindo a reestruturação a rede hospitalar, com retorno à gestão pública dos hospitais entregues recentemente às Misericórdias, bem como dos geridos em regime de PPP's; opondo-se à criação de novas PPP's e exigindo o fim da promiscuidade público-privado;
- **Defendendo uma Escola Pública, gratuita, de qualidade e inclusiva**, organizada para a promoção do sucesso escolar e educativo dos alunos e o combate ao abandono escolar, o que exige investimento ao nível dos recursos humanos, materiais e físicos.